**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 5

GRUPO I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 1

Quanto à homologação de decisão estrangeira, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual o juízo competente para a homologação?
- 2 Que tipo de decisão pode ser homologada?
- 3 Que tipo de decisão não precisa ser homologada?
- 4 Qual o juízo competente para a execução?
- 5 É possível a execução de decisão interlocutória estrangeira?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

13.3 Homologação de decisão estrangeira e da concessão de *exequatur* à carta rogatória.

PADRÃO DE RESPOSTA

- 1 Superior Tribunal de Justiça.
- 2 Qualquer decisão judicial ou administrativa, desde que, pela lei brasileira, tenha natureza jurisdicional, e desde que não atente contra a coisa julgada brasileira, não contenha manifesta ofensa à ordem pública, não seja objeto de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.
- 3 Sentença estrangeira de divórcio consensual.
- 4 Juízo federal.
- 5 Sim, por meio de carta rogatória.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 5

GRUPO I – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

No contrato escrito de financiamento habitacional firmado entre José e a Caixa Econômica Federal, previu-se que o pagamento das parcelas de amortização venceria no dia 5 de cada mês. Após a formalização do contrato, José se comunicou informalmente com o gerente de sua agência da Caixa tendo-lhe solicitado que o pagamento passasse a ser feito sempre no dia 10, dia em que recebia seu salário. Sem alterar os termos do contrato, o gerente permitiu que o pagamento fosse feito no dia 10 sem a cobrança de juros e multa. José, então, passou dois anos efetuando o pagamento no dia 10 de cada mês. Após esse período, ocorreu uma mudança na gerência da agência da Caixa, e o novo gerente informou a José que o pagamento não poderia mais ser realizado no dia 10, e determinou que ele voltasse a efetuar o pagamento no dia 5 ou, em caso contrário, seria cobrado pela multa e pelos juros de mora.

Com base nos princípios contratuais, indique a tese jurídica cabível nessa situação para que José permaneça efetuando o pagamento no dia 10 de cada mês sem encargos.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

11 Contratos: generalidades, elementos e efeitos dos contratos.

PADRÃO DE RESPOSTA

O princípio da boa-fé objetiva contratual, insculpido no art. 422 do Código Civil, busca preservar a não surpresa contratual e a garantia dos deveres anexos de confiança entre as partes, entre outros deveres que lhe são intrínsecos.

Tenta-se vedar comportamentos contraditórios entre as partes (*venire contra factum proprium*), evitando-se um ato de surpresa por um dos contratantes ou a quebra do dever de confiança ali estampado.

No caso narrado, o comportamento admitido pela outra parte criou para José uma expectativa real de mudança da data de pagamento das prestações atinentes ao contrato, apesar de diferente da previsão contratual originária, que decorreu de uma aceitação reiterada e aprovada pela parte contratante contrária. É a regra do *surrectio*.